

ENSINO DE QUALIDADE
NA DISCIPLINA DE
HISTÓRIA
NO SÉCULO XXI
PRINCÍPIOS
E LINHAS
ORIENTADORAS

Linhas orientadoras

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE EUROPE

ENSINO DE QUALIDADE
NA DISCIPLINA DE
HISTÓRIA
NO SÉCULO XXI
PRINCÍPIOS
E LINHAS
ORIENTADORAS

*As opiniões expressas nesta obra são da
responsabilidade dos seus autores e não refletem
obrigatoriamente a política oficial do Conselho da
Europa.*

Qualquer pedido relativo à reprodução ou tradução da totalidade ou parte deste documento deve ser endereçado ao Directorate of Communication (F-67075 Strasbourg Cedex ou publishing@coe.int). Toda a restante correspondência relativa a este documento deve ser endereçada ao Directorate General of Democracy.

Capa e *layout*: Documents and Publications
Production Department (SPDP), Conselho da Europa

Foto da capa: © Shutterstock

Esta publicação não foi revista pelo SPDP Editorial
Unit para a correção de erros tipográficos e gramaticais.

© Conselho da Europa, Setembro 2018
Impresso no Conselho da Europa
Impresso no Conselho da Europa

Índice

INTRODUÇÃO	5
INCLUSÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA UMA CULTURA DA DEMOCRACIA	6
IMPLICAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO	7
IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO DE PROFESSORES	8
PRINCÍPIOS E PARA O ESTABELECIMENTO DE UM PLANO CURRICULAR E DE UMA PEDAGOGIA DE HISTÓRIA DEMOCRÁTICA, DIVERSIFICADA E INCLUSIVA	9
1. Desenvolver planos curriculares flexíveis e pedagogias interativas que reconheçam diferenças culturais	10
2. Ensinar e aprender sobre a história complexa da democracia	12
3. Refletir sobre o modo como as atividades de indivíduos e grupos de pessoas comuns moldaram a história das sociedades	14
4. Reconhecer que pessoas de diferentes origens culturais, religiosas e étnicas estão há muito tempo enraizadas nas sociedades	16
5. Valorizar as múltiplas identidades do ‘outro’ e as nossas	18
6. Disponibilizar ferramentas para analisar fontes históricas e lutar contra a propaganda manipuladora	20
7. Abordar questões que podem ser sensíveis ou controversas	22
8. Equilibrar as dimensões cognitiva, emotiva e ética no ensino e aprendizagem da história	24
RESUMO DO PROJETO	26

Competências para uma Cultura da Democracia (CCD)

Valores

- Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- Valorização da diversidade cultural
- Valorização da democracia, da justiça, da equidade, da igualdade e do Estado de direito

Atitudes

- Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- Respeito
- Espírito cívico
- Responsabilidade
- Eficácia pessoal
- Tolerância da ambiguidade

Competência

Aprendizagem autónoma

- Capacidades de análise e de pensamento crítico
- Capacidades de escuta e observação
- Empatia
- Flexibilidade e adaptabilidade
- Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues
- Cooperação
- Resolução de conflitos

Capacidades

- Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- Conhecimento e compreensão crítica da linguagem e da comunicação
- Conhecimento e compreensão crítica do mundo: política, direito, direitos humanos, cultura e culturas, religiões, história, meios de comunicação social, economias, ambiente e sustentabilidade

Conhecimentos e compreensão crítica

Introdução

O ensino da história desempenha um papel fundamental para fazer face aos desafios políticos, culturais e sociais que a Europa enfrenta atualmente; em particular, aos desafios colocados pela diversificação das sociedades, pela integração de migrantes e refugiados na Europa, e pelos ataques à democracia e aos valores democráticos. Assim, o objetivo geral destes *Princípios e linhas orientadoras* é promover o conhecimento especializado e as aptidões necessárias para que o ensino da história desempenhe devidamente esse papel, baseando-se na perspetiva do Conselho da Europa sobre o ensino da história, refletida em vários documentos essenciais do Comité de Ministros e da Assembleia Parlamentar.

— A contribuição principal surgiu de quatro seminários regionais realizados durante o período de 2016-2017 no contexto do projeto intergovernamental *Educação para a diversidade e democracia: o ensino da história na Europa contemporânea*. Estes seminários reuniram representantes do governo e profissionais do ensino de história de todos os Estados-membros. Os seminários incidiram sobre três temas principais: construir sociedades diversificadas, inclusivas e democráticas; abordar questões sensíveis e controversas; e desenvolver um pensamento histórico-crítico na era digital.

— Estes *Princípios e linhas orientadoras* destinam-se maioritariamente aos políticos, representantes e funcionários de cada Estado-membro, responsáveis pelo desenvolvimento do plano curricular da disciplina de história; mas também aos professores e formadores cujo papel é transmitir o plano curricular aos alunos. Idealmente, no entanto, espera-se que todos aqueles que demonstrem interesse na natureza, qualidade e impacto da história ensinada nas escolas – incluindo alunos, pais e o público em geral – considerem úteis estes *Princípios e linhas orientadoras*. Ainda que sejam específicos do ensino e da aprendizagem da história, devem ser considerados no contexto mais amplo dos objetivos e compromissos educativos defendidos pelo Conselho da Europa, a Comissão Europeia e a UNESCO.

— Na Declaração de Incheon, o programa do Quadro de Ação para a Educação 2030 propõe uma perspetiva da educação que ultrapassa o seu sentido utilitário, sendo antes uma abordagem que procura integrar ‘as múltiplas dimensões da existência humana’. O programa define o ensino de qualidade como um ensino que ‘fomenta a criatividade e o conhecimento, ao mesmo tempo que garante a aquisição de competências basilares de literacia e numeracia, competências analíticas e de resolução de problemas, e também competências cognitivas, sociais e interpessoais de alto nível. Desenvolve ainda as competências, valores e atitudes que permitem aos cidadãos ter vidas saudáveis e realizadas, tomar decisões informadas e enfrentar desafios locais e globais...’ Além disso, os signatários da Declaração comprometeram-se a desenvolver ‘sistemas educativos mais inclusivos, responsáveis e flexíveis para satisfazerem as necessidades das crianças, jovens e adultos... incluindo deslocados internos e refugiados’.

— O Quadro de Ação para a Educação 2030 foi aprovado por 184 Estados-membro da UNESCO e pela comunidade educativa internacional numa reunião de alto nível realizada em Paris, em Novembro de 2015, durante a 38ª Conferência Geral da UNESCO.

— O estudo da história contribui de modo particular para a transmissão desta visão e compromisso, pois permite conhecer as complexidades e a diversidade do comportamento humano no passado, fomentar a capacidade para questionar narrativas divergentes e até contraditórias, e exigir a fundamentação de qualquer argumento através de um conhecimento exaustivo de todos os dados. No entanto, nas escolas, a disciplina de história apenas poderá contribuir plenamente se o que for ensinado, o modo como for ensinado e a qualidade dos recursos disponíveis assim o permitirem.

Inclusão das Competências para uma Cultura da Democracia

— Qualquer disciplina permite desenvolver os valores, atitudes, competências, conhecimentos e compreensão crítica do RFCDC¹. A história é uma disciplina particular, no sentido em que oferece respostas para compreender criticamente o presente, ensinando que qualquer elemento do passado deve ser interpretado no seu contexto histórico e promovendo a noção de que a interpretação histórica é uma questão de debate. *Os processos mentais adquiridos através do estudo da história constituem critérios transmissíveis a qualquer disciplina.* Assim, o conhecimento histórico-crítico e a noção de sistemas políticos, sociais, culturais e económicos convergem numa cultura democrática indispensável para uma cidadania ativa.

— A compreensão crítica de fenómenos históricos promove o processo de aquisição de competências para uma cultura da democracia (CCD), sendo evidente a convergência entre a disciplina de história e a educação para a cidadania. O ensino da história pode beneficiar da inclusão e adaptação das abordagens pedagógicas das CCD para criar um ambiente de aprendizagem onde os jovens possam estudar ativamente questões históricas com as quais conheçam e aprendam sobre, através e para uma cultura da democracia. Isto permite desenvolver as capacidades necessárias para os jovens se tornarem participantes ativos de uma cultura democrática, adquirindo uma série de comportamentos que promovam o diálogo e a cooperação, e solucionando conflitos através de meios pacíficos e de uma participação ativa na esfera pública.

— Incluir e adaptar as CCD é da responsabilidade dos decisores políticos e dos profissionais que possuem um conhecimento e uma compreensão aprofundada de contextos específicos e do modo como estes variam de forma subtil e fundamental, afetando inevitavelmente os processos educativos. A integração bem sucedida de atividades de ensino e aprendizagem que procuram pensar valores e desenvolver atitudes, competências e conhecimentos, assim como uma compreensão crítica para uma cultura da democracia no ensino, dependerá da capacidade dos professores para planear e desenvolver atividades educativas de acordo com as necessidades dos seus alunos.

— A aquisição das CCD é um processo moroso, uma vez que os indivíduos experienciam continuamente contextos novos e diferentes, analisando-os e planeando-os; não é uma progressão linear rumo a uma competência cada vez maior no diálogo intercultural ou nos processos democráticos. Uma vez que a competência se adquire sempre através da interação entre os diferentes aspetos das quatro dimensões – valores, atitudes, competências e conhecimentos, e compreensão crítica – o Quadro exige uma abordagem holística.

1. O Quadro de Referência de Competências para a Cultura Democrática (QRCCD/RFCDC) é um documento de referência baseado nos valores do Conselho da Europa: direitos humanos, democracia e o Estado de direito. O seu objetivo é disponibilizar um recurso exaustivo para planear e implementar o ensino, a aprendizagem, e a avaliação das competências para uma cultura democrática (CCD) e o diálogo intercultural por forma a garantir a transparência e a coerência entre todos os envolvidos. Este documento apresenta um quadro sistemático e exaustivo para a implementação da Educação para a Cidadania Democrática, Educação dos Direitos Humanos e Educação Intercultural nos sistemas de ensino formais, incluindo o ensino pré-escolar, o ensino básico e secundário, e o ensino superior. Descarregue aqui o QRCCD/RFCDC: <https://www.coe.int/en/web/education/home>

Implicações para a avaliação

— Os conceitos-chave incluídos nos *Princípios e linhas orientadoras* são – *democracia, diversidade e inclusão*. Tais conceitos implicam a adoção de processos e contextos educativos que reflitam os valores da democracia e dos direitos humanos. Do mesmo modo, se estes se destinam a orientar a forma como as vidas são conduzidas, é necessário que as pessoas estejam dispostas a adotar um determinado conjunto de valores, atitudes e comportamentos – competências, que são essenciais para a construção de uma sociedade democrática.

— Consequentemente, um dos principais desafios para os professores de história é saber como determinar o seu sucesso no cumprimento deste requisito, cuja importância e relevância se prendem com o facto de que a avaliação tem consequências significativas no comportamento dos alunos e dos professores, que atribuem maior importância e prestam mais atenção às áreas do plano curricular sujeitas a avaliação.

— No que diz respeito à avaliação, o QRCCD/RFCDC visa contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas que confiram maior autonomia aos alunos. Por esta razão, a escolha de abordagens e métodos de avaliação adequados exige especial atenção. Nenhum grau de proficiência é considerado insuficiente e todas as competências têm potencial para serem mais desenvolvidas.

— Alguns métodos de avaliação, ainda que sejam úteis para avaliar os resultados dos alunos em áreas específicas do conhecimento e compreensão crítica da história, não vão necessariamente ao encontro de um ensino e aprendizagem centrados em práticas democráticas e de respeito pelos direitos humanos. Alguns métodos podem igualmente carecer de transparência, falta de respeito para com os alunos (ou serem entendidos como tal) e ter até um impacto negativo nas perspetivas futuras dos alunos.

— As práticas de avaliação devem estar de acordo com as linhas orientadoras e valores de uma educação que visa fortalecer e promover os valores democráticos e o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos.

— É fundamental evitar a utilização incorreta dos descritores para a avaliação. A lista de descritores não foi concebida para servir de lista de verificação onde assinalar os comportamentos dos alunos ou calcular uma classificação geral baseada neles. Estes destinam-se ao conhecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências para uma cultura da democracia ao longo da vida.

— Destacam-se as seguintes questões na avaliação:

- ▶ os valores e as atitudes são questões internas, e, por tal, devem ser avaliadas, sobretudo, através dos comportamentos externos manifestados pelos alunos;
- ▶ o comportamento dos alunos varia frequentemente, mesmo em contextos semelhantes, por isso, os valores e as atitudes manifestadas podem parecer erráticas e incoerentes;
- ▶ qualquer progressão no desenvolvimento dos valores e das atitudes desejadas pode revelar-se irregular.

Implicações para a formação e o desenvolvimento profissional contínuo de professores

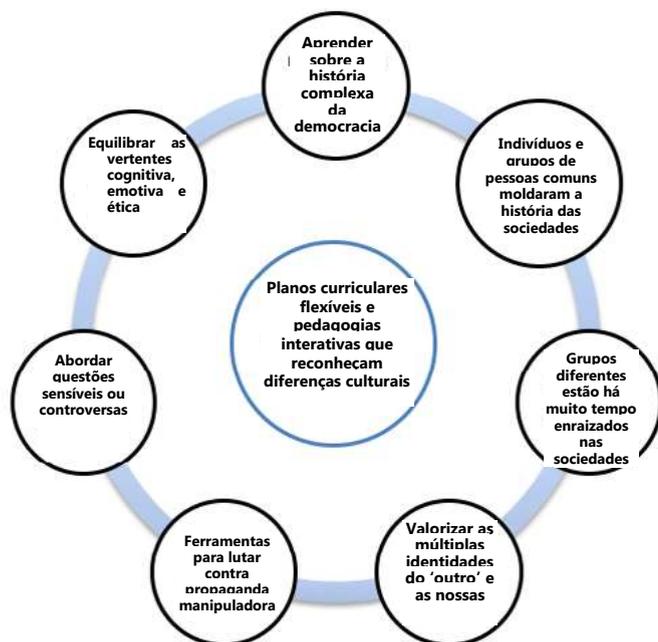
- O sucesso da inclusão de atividades de ensino e aprendizagem que procuram considerar os valores e desenvolver as atitudes, as capacidades e os conhecimentos e compreensão crítica para uma cultura da democracia na educação, irá depender da capacidade dos professores para planear e desenvolver atividades educativas de acordo com as necessidades dos seus alunos.
- A educação para a democracia e a diversidade é forçosamente uma tarefa contínua, exigindo um investimento adequado nas escolas e nos professores, quer a nível intelectual, quer em termos de recursos.
- Desenvolver a capacidade dos professores e formadores para ajudarem os alunos a adquirir valores democráticos, espíritos curiosos e atitudes de respeito pelos outros exige prioridade elevada, devendo considerar-se tão fundamental como o desenvolvimento da sua capacidade para transmitir os conhecimentos da disciplina e desenvolver competências cognitivas.
- A abordagem CCD deve ser aplicada transversalmente, quer na formação inicial dos professores, quer nas ações de formação.
- A formação dos professores deve incluir formação em diversidade cultural para promover uma consciência de ‘alteridade’ e uma inclusão adequada, assim como desenvolver competências e resiliência para lidar com questões de insensibilidade e respostas inapropriadas.
- Nesta era digital, os potenciais benefícios proporcionados por um ensino da história apoiado pela tecnologia apenas podem ser atingidos se os professores possuem os conhecimentos, a disponibilidade e os recursos necessários. Isto requer um apoio suficiente por parte dos decisores políticos e um desenvolvimento profissional adequado dos professores.

Ensino e aprendizagem da história na Europa contemporânea

- Abaixo encontra-se a lista dos *Princípios e linhas orientadoras* para o estabelecimento de currículos e de pedagogias diversificadas e inclusivas. A cada princípio seguem-se as respetivas linhas orientadoras que apresentam uma base racional para a compreensão dos diferentes elementos contidos no princípio..
- Após as linhas orientadoras encontra-se um quadro listando quais as Competências para uma Cultura da Democracia que podem ser exploradas e desenvolvidas pelo ensino da história, ligando assim os princípios fundamentais ao QRCCD/RFCDC.
- O documento termina com uma tabela que operacionaliza todos os elementos explicados, fazendo uma síntese geral das diferentes dimensões do projeto – princípios, ideias-chave, elementos curriculares principais, abordagens pedagógicas e ligações ao QRCCD/RFCDC.

Princípios e linhas orientadoras para o estabelecimento de um plano curricular e de uma pedagogia de história democrática, diversificada e inclusiva

1. Desenvolver planos curriculares flexíveis e pedagogias interativas que reconheçam diferenças culturais.
2. Ensinar e aprender sobre a história complexa da democracia.
3. Refletir sobre o modo como as atividades de indivíduos e grupos de pessoas comuns moldaram a história das sociedades.
4. Reconhecer que pessoas de diferentes origens culturais, religiosas e étnicas estão há muito tempo enraizadas nas sociedades.
5. Valorizar as múltiplas identidades do 'outro' e as nossas.
6. Disponibilizar ferramentas para analisar fontes históricas e lutar contra a propaganda manipuladora.
7. Abordar questões que podem ser sensíveis ou controversas.
8. Equilibrar as dimensões cognitiva, emotiva e ética no ensino e aprendizagem da história.



” Um plano curricular flexível e uma pedagogia interativa receptiva à diversidade sociocultural dos alunos podem transmitir narrativas históricas diferentes e possivelmente contraditórias. Embora possam divergir em termos de destaque, relevância, juízo ou conclusões finais, todas as narrativas devem basear-se nas fontes dos registos históricos e não devem ignorar qualquer fonte inconveniente que possa contrariar a opinião defendida. Estas narrativas devem respeitar valores intelectuais como a busca da verdade, a fundamentação dos argumentos e o respeito pelas fontes.

Linhas orientadoras

1. Será que os professores são capazes de alterar as suas convicções mais enraizadas sobre a história? A flexibilidade do professor é fundamental.

1.1. Os professores devem mostrar-se conscientes e abertos relativamente à sua compreensão do passado, às suas opiniões, preconceitos, estereótipos e intolerâncias, e promover ambientes inclusivos onde todos os alunos se sintam confiantes para expressar as suas ideias e pontos de vista divergentes, onde podem surgir diálogos difíceis.

2. O plano curricular deve ser inclusivo, abrangendo experiências de grupos minoritários e migrantes.

2.1. Um plano curricular que reflete apenas a história e a cultura do grupo dominante na sociedade limita a participação dos alunos que não pertencem a essa maioria. A sua perceção pode levá-los a interpretar a matéria como algo que não faz sentido, que é irrelevante, ou, por vezes, até ofensiva. As práticas e mensagens ocultas no plano curricular devem ser abordadas.

2.2. Do mesmo modo, um plano curricular que reflete apenas a história e a cultura do grupo dominante na sociedade não permite que o grupo maioritário aprenda sobre os outros.

3. A inclusão é um processo de abordagem e de resposta às diversas necessidades de todos os alunos através de um aumento da sua participação na aprendizagem, nas culturas e nas comunidades, e de uma redução da exclusão dentro e a partir da escola. Isto implica mudanças e alterações nos conteúdos, abordagens, estruturas e estratégias.

3.1. Reconhecer as identidades e os contextos interpretativos dos alunos e dos professores requer, consciente e consistentemente, recorrer a e relacionar-se com as experiências imediatas e históricas, as emoções e as crenças dos alunos e das suas famílias, analisando de que forma estes se relacionam com os temas históricos locais, nacionais e globais.

1. DESENVOLVER PLANOS CURRICULARES FLEXÍVEIS E PEDAGOGIAS INTERATIVAS QUE RECONHEÇAM DIFERENÇAS CULTURAIS

4. **Os professores devem selecionar recursos a partir de um conjunto de fontes, abrangente e inclusivo, para evitar o domínio cultural, os estereótipos e a discriminação.**
 - 4.1. Identificar estereótipos manifestos nos materiais pedagógicos de história é um exercício relativamente simples. Inversamente, os estereótipos dissimulados baseados no gênero, na etnia, na língua, no estatuto social, ou consequência de uma chegada recente ao grupo, levantam questões que os professores e os alunos devem ser capazes de debater.

Estruturar um plano curricular flexível e uma pedagogia interativa que reconheçam diferenças culturais, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

” No coração das sociedades democráticas está a necessidade de os indivíduos fazerem escolhas baseadas em juízos bem fundamentados e informados. O ensino da história, nos seus conteúdos, nas competências disciplinares que exige e na sua pedagogia, está numa posição privilegiada para contribuir significativamente na preparação dos jovens para a tomada de decisão democrática.

Linhas orientadoras

1. **Sempre que se leciona sobre democracia, o foco deve ser a aquisição de conhecimentos e a sua compreensão crítica.**
 - 1.1. Ao contribuir para o conhecimento e desenvolvimento dos valores democráticos, o ensino da história inclui ensinar e aprender sobre as lutas históricas pela democracia e pela liberdade, assim como o desenvolvimento das instituições e dos processos democráticos.
2. **Sempre que os alunos aprendem através da democracia, a prioridade é o processo experimental de aprendizagem que fomenta a sua dimensão afetiva.**
 - 2.1. O ensino e a aprendizagem da história ocorrem em salas de aula onde os alunos participam nos processos de tomada de decisão, experienciam uma aprendizagem colaborativa, exprimem as suas opiniões e interpretações, ouvem opiniões discordantes de uma forma fundamentada e respeitadora, e participam com regularidade em debates na sala de aulas.
 - 2.2. Desta forma, os alunos adquirem comportamentos que respeitam os valores e as atitudes democráticas.
3. **Uma aprendizagem que permite uma compreensão histórico-crítica da democracia, desenvolvendo-se através de processos pedagógicos democráticos, é uma aprendizagem para a democracia.²**
 - 3.1. Tal aprendizagem prepara e capacita os alunos a tornarem-se participantes ativos e autónomos na democracia, no diálogo intercultural e na sociedade em geral.

2. Estas distinções relacionam-se com as distinções entre aprender sobre, através e para os direitos humanos na Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Formação para os Direitos Humanos. Ver: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Pages/UNDHREducationTraining.aspx>

2. ENSINAR E APRENDER SOBRE A HISTÓRIA COMPLEXA DA DEMOCRACIA

Ensinar e aprender sobre a história complexa da democracia, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito
- ▶ Respeito
- ▶ Espírito cívico
- ▶ Responsabilidade
- ▶ Eficácia pessoal
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Capacidades de escuta e observação
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

” A história social tem vindo a tornar-se um aspeto cada vez mais significativo do ensino da história. A história social é importante devido ao seu foco na história que é inclusiva e representativa, e porque a familiaridade com o registo das experiências passadas dos cidadãos tem um papel a desempenhar no desenvolvimento de uma cidadania ativa.

Linhas orientadoras

1. **Só a história permite a compreensão de como as pessoas que viveram no passado se comportavam e interagem e apresentar pistas sobre as suas motivações, a sua capacidade de adaptação e – para o bem ou para o mal – o que os seres humanos são capazes de fazer.**
 - 1.1. O estudo da história deve dar aos alunos exemplos de como as ações das pessoas no passado, individual ou coletivamente, deixaram a sua marca no mundo. Tal como na sociedade contemporânea, as massas populares do passado não eram meramente passivas e sujeitas à maré das forças históricas ou às ações dos poderosos.
 - 1.2. Existe também o risco de retratar certos grupos de pessoas e as suas experiências em termos do que lhes aconteceu, mais como vítimas do que como atores, ignorando maioritariamente o que eles alcançaram por si próprios. Encontram-se exemplos desta prática relativamente à abolição da escravatura, à emancipação das mulheres ou à extensão do direito de voto.
2. **Os alunos podem ter dificuldade em identificar-se com as massas populares do passado.**
 - 2.1. Uma coisa é aprender sobre a escravatura, o massacre da Primeira Guerra Mundial ou o extermínio de milhões de judeus durante o Holocausto, mas, traçar o que aconteceu a um escravo em particular, a um determinado soldado ou a uma única família judaica torna-se uma experiência de aprendizagem mais poderosa.

3. REFLETIR SOBRE O MODO COMO AS ATIVIDADES DE INDIVÍDUOS E GRUPOS DE PESSOAS COMUNS MOLDARAM A HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

Refletir sobre o modo como as atividades de indivíduos e grupos de pessoas comuns moldaram a história das sociedades, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Eficácia pessoal
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Aprendizagem autónoma
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

” Uma das características da Europa é a sua diversidade étnica, linguística, cultural e religiosa. A presença de grupos minoritários antecede a definição das fronteiras territoriais contemporâneas. Cultural, política e socialmente (e não só), a história de grande parte da Europa é uma de longa interação entre diversos grupos de pessoas. Uma abordagem inclusiva vai para além de contar a história dos grupos majoritários dominantes da sociedade.

Linhas orientadoras

1. **A história da humanidade é uma história de interculturalismo, em que as culturas comunicaram-se entre si quando comunidades diferentes entraram em contato.**
 - 1.1. As culturas são internamente heterogêneas, disputadas, dinâmicas e em constante evolução, e os indivíduos possuem filiações complexas a várias culturas.
 - 1.2. As situações interculturais podem envolver pessoas de países diferentes ou de diferentes grupos regionais, linguísticos, étnicos ou religiosos, ou ainda pessoas que diferem quanto ao estilo de vida, género, faixa etária ou geração, classe social, nível de escolaridade, ocupação, prática religiosa, orientação sexual, etc.
2. **Um plano curricular monocultural aplicado ao ensino da história fazia parte do modelo cultural dominante que considerava a diferença como perigosa e divisiva.**
 - 2.1. O ensino da história não deve ignorar a atual diversidade, nem limitar-se à narrativa nacional coincidente com a história da comunidade linguística e cultural mais extensa ou dominante.
 - 2.2. O ensino da história deve ser inclusivo ao reconhecer que ‘Todas as culturas estão ligadas umas às outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente distintas e permeáveis.’³
 - 2.3. Incluir a história das minorias e das culturas indígenas é fundamental, não só nas salas de aulas onde há alunos provenientes desses contextos. Todos os alunos devem ser incentivados a compreender as várias formas como as pessoas de diversas culturas e comunidades do passado contribuíram para desenvolvimentos a nível local, nacional e global.

3. Said, E. (1995), *The politics of dispossession*. Londres: Vintage.

4. RECONHECER QUE PESSOAS DE DIFERENTES ORIGENS CULTURAIS, RELIGIOSAS E ÉTNICAS ESTÃO HÁ MUITO TEMPO ENRAIZADAS NAS SOCIEDADES

Reconhecer que pessoas de diferentes origens culturais, religiosas e étnicas estão há muito tempo enraizadas nas sociedades, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Espírito cívico
- ▶ Eficácia pessoal
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Capacidades de escuta e observação
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues
- ▶ Cooperação
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

” O ensino da história deve reconhecer a diversidade, quer dentro, quer entre os grupos. Identidades culturais e outras, não são estáticas ou monolíticas, mas dinâmicas e multifacetadas. Não se pretende desconstruir todas as tradições ou formas de identidade coletiva, mas antes procurar alcançar um plano curricular e uma pedagogia que estabeleçam um equilíbrio entre a história do indivíduo e a história do coletivo.

Linhas orientadoras

1. Estudar processos históricos de alterização ajudam os jovens a compreender que:

- 1.1. As justificações para a alterização servem-se frequentemente de mitos e tradições sobre a pureza racial ou a singularidade nacional, independentemente do seu fundamento falacioso.
- 1.2. As diferenças entre os povos podem acentuar-se quando uma identidade se torna dominante.
- 1.3. A alterização é uma forma de estereotipação em que nos consideramos parte de um grupo unido e indiferenciado, e nos identificamos como nós; enquanto aqueles fora do grupo são vistos como fundamentalmente diferentes – como eles ou ‘o outro’ – inferiores ou mais fracos, até possivelmente perigosos, e, portanto, nós como mais fortes ou melhores [por ex.: a alterização como justificação para o colonialismo ou a escravização].

2. Ensinar tendo em consideração as múltiplas identidades dos alunos:

- 2.1. O termo identidade designa a noção que as pessoas têm de si próprias e as descrições de si próprias às quais atribuem significado e valor. A maioria das pessoas utiliza um leque de identidades diferentes para se descrever, abrangendo ambas identidades pessoal e social.
- 2.2. Um número crescente de indivíduos, especialmente os jovens, possuem, disfrutam de e gerem quotidianamente múltiplas filiações culturais. A sua *identidade composta* deixou de se limitar apenas a uma *identidade coletiva* associada a um grupo étnico ou religioso específico.

5. VALORIZAR AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DO ‘OUTRO’ E AS NOSSAS

Valorizar as múltiplas identidades do ‘outro’ e as nossas, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Respeito
- ▶ Espírito cívico
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Capacidades de escuta e observação
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

”(...) ainda que o impacto histórico de rumores e conteúdos fabricados tenha sido bem documentado, (...) encontramos-nos perante algo novo: uma poluição da informação à escala global; uma complexa teia de motivações para a criação, disseminação e consumo destas mensagens ‘poluídas’: uma infinidade de tipos de conteúdo e técnicas para amplificar conteúdos; inúmeras plataformas a alojar e a reproduzir estes conteúdos; e velocidades vertiginosas de comunicação entre colegas de confiança (...) (...) as imagens podem ser muito mais persuasivas do que outras formas de comunicação, o que as torna veículos de má informação e de desinformação bastante mais poderosos. Existe também uma necessidade de educar as pessoas sobre o poder das imagens para manipular e persuadir (...) a forma como entendemos a imagem é fundamentalmente diferente da forma como pensamos o texto.”⁴

Linhas orientadoras

1. A história desenvolve o pensamento crítico e fornece ferramentas de análise para desmontar mecanismos de manipulação.

- 1.1. Para navegar de forma eficaz através de materiais escritos e visuais digitais, os alunos utilizam as capacidades de análise e de pensamento crítico do historiador para interpretar e avaliar as fontes. Os alunos devem procurar, compreender, selecionar e utilizar informação histórica fundamental para emitirem juízos bem informados.
- 1.2. Ser capaz de avaliar e ajuizar motivos, utilidade, fiabilidade e credibilidade é um passo importante para desenvolver resiliência e prevenir a manipulação quando acessa fontes e interpretações históricas.
- 1.3. A utilização de fontes diversas e contraditórias mostra que as interpretações históricas são provisórias e suscetíveis de serem reavaliadas, constitui uma salvaguarda essencial contra o mau uso da história, uma vez que previne uma aceitação demasiado imediata de factos que possam contribuir para a promoção de ideias intolerantes, ultranacionalistas, xenófobas ou racistas.
- 1.4. Uma maior acessibilidade a fontes visuais reforça a necessidade de os alunos serem capazes de ler criticamente uma fotografia, um documentário ou uma transmissão de vídeo, e de distinguir entre os testemunhos ‘perspicazes’ e ‘disparatados’ apresentados pela fonte – o que a(s) imagem mostra e qual a mensagem que o seu autor deseja transmitir.

4. “Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking”, Estrasburgo: Conselho da Europa (2017) Claire Wardle, PhD e Hossein Derakhshan. Com apoio à investigação de Anne Burns e Nic Dias.

6. DISPONIBILIZAR FERRAMENTAS PARA ANALISAR FONTES HISTÓRICAS E LUTAR CONTRA A PROPAGANDA MANIPULADORA

2. Alertar para a potencial má-utilização indevida dos e-media.

- 2.1. Os educadores devem estar conscientes de que a utilização que os jovens fazem das redes sociais e de fontes visuais pode ser muito diferente da sua, e necessitam de desenvolver estratégias para garantir que os alunos estão atentos tanto aos benefícios, como aos potenciais perigos dos e-media.

Disponibilizar ferramentas para analisar fontes históricas e lutar contra propaganda manipuladora, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Abertura à alteridade cultural e a convicções, mundividências e práticas diferentes
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Aprendizagem autónoma
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Capacidades de escuta e observação
- ▶ Competências linguísticas, comunicativas e plurilingues
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões, história e meios de comunicação social

” Muitas vezes, existe alguma relutância em considerar acontecimentos percebidos como particularmente dolorosos, trágicos, humilhantes ou divisivos. Receia-se que referi-los possa reabrir velhas feridas, agravar cisões ou gerar conflitos, tanto dentro como fora da sala de aula. Por outro lado, certos períodos de conquista, glória e domínio da história de um país podem também ser problemáticos. assumindo, perante os vizinhos, atitudes que podem pôr em causa a promoção da tolerância e da paz. No entanto, existe o perigo de que a omissão de acontecimentos que podem ser percebidos como controversos ou sensíveis conduza a que os alunos conheçam uma versão do passado distorcida e enganadora. Tais lacunas podem ser colmatadas através da obtenção de relatos de validade duvidosa obtidos de fontes fora da aula de história.

Linhas orientadoras

1. **Explorar questões controversas e sensíveis permite aprender história como uma narrativa aberta e não como uma disciplina positivista fechada.**
 - 1.1. A utilização de fontes diversas e contraditórias mostra que a construção do conhecimento é uma investigação contínua e que os acontecimentos podem ser analisados de perspetivas diferentes.
 - 1.2. Abordar interpretações contraditórias de acontecimentos passados de uma forma crítica e analítica não implica a adoção de uma abordagem semelhante relativamente a acontecimentos e questões atuais.
2. **Explorar questões controversas e sensíveis ajuda os alunos a ter uma melhor compreensão não só o passado, mas também do mundo contemporâneo.**
 - 2.1. Os alunos aprendem a debater assuntos de forma racional e pacífica recorrendo a abordagens metodológicas de afastamento [indiferença/distanciamento], ficando, assim, melhor preparados para participarem construtivamente em debates democráticos e diálogos interculturais.
 - 2.2. Os alunos compreendem a natureza e os mecanismos dos conflitos e pensam sobre formas de os enfrentar.

7. ABORDAR QUESTÕES QUE PODEM SER SENSÍVEIS OU CONTROVERSAS

3. **É o potencial das questões controversas para provocar emoções fortes dentro e fora da sala de aula que é considerado como o maior obstáculo ao ensino destas questões.**⁵
- 3.1. Os professores manifestam ansiedade relativamente à sua capacidade para lidar com a componente emotiva da aprendizagem, mencionando que a sua formação inicial devia focar os aspetos emotivos da aprendizagem em vez de se concentrar apenas nos aspetos cognitivos.
- 3.2. Os contextos de aprendizagem têm influência sobre a participação e a aprendizagem dos alunos. Isto é particularmente importante para gerir diálogos mais difíceis ou partilhas mais emotivas, e permitir que os alunos se sintam confiantes em expressar ideias e pontos de vista divergentes.

Abordar questões que podem ser sensíveis ou controversas, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Respeito
- ▶ Espírito cívico
- ▶ Responsabilidade
- ▶ Eficácia pessoal
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Aprendizagem autónoma
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Empatia
- ▶ Cooperação
- ▶ Resolução de conflitos
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

5. O Conselho da Europa publicou um Pacote Educativo para Professores sobre como abordar questões controversas nas aulas através da Educação para a Cidadania Democrática e Educação dos Direitos Humanos: <https://rm.coe.int/16806948b6>

” Compreender conceitos-chave, tais como *diversidade, inclusão e democracia*, envolve elementos do conhecimento e exige reconhecer as ligações emotivas e respostas dos alunos, particularmente ao lidar com uma história difícil, caso contrário corre-se o risco de os alunos considerarem a disciplina de história irrelevante e inconsistente com as suas vidas. Uma interacção dialógica entre os alunos e o passado histórico requer que os alunos se compreendam a si próprios através da compreensão das necessidades e condições daqueles que viveram no passado.. A empatia é importante como estratégia pedagógica, como instrumento necessário das ferramentas do historiador e para capacitar os alunos a darem o seu contributo na vida das sociedades democráticas diversas. Para ser relevante, o ensino da história deve permitir experiências de aprendizagem que sejam diretamente aplicáveis às aspirações, interesses ou experiências culturais pessoais dos alunos (*relevância pessoal*) ou que estão de alguma forma ligadas a questões, problemas e contextos do mundo real (*relevância para a vida*).

Linhas orientadoras

1. **Reconhecer a força do emocional, assim como do racional, é um elemento essencial para estimular o interesse e a motivação dos alunos e em última instância a sua aprendizagem da história.**
 - 1.1. Isto é particularmente importante no contexto do estudo do passado mais recente e a sua relação com acontecimentos e preocupações atuais.
 - 1.2. O ensino deve incluir uma abordagem de múltiplas perspetivas, permitindo que os alunos se relacionem com pontos de vista diferentes para desenvolver uma compreensão mais fundamentada e refletir criticamente.
2. **O ensino do conceito de empatia histórica é complexo. Está associado com fazer as ligações e compreender as motivações e os fatores causais plausíveis dos acontecimentos históricos e ações humanas.**
 - 2.1. Para isto, os alunos devem interagir com o material histórico e adquirir um conhecimento da época.
 - 2.2. A empatia histórica não resulta numa identificação ou simpatia relativamente a uma posição, mas serve de apoio à compreensão. O objetivo de ensinar a desenvolver a empatia histórica não é provocar respostas emotivas nos alunos.

8. EQUILIBRAR AS DIMENSÕES COGNITIVA, EMOTIVA E ÉTICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA

2.3. O progresso no ensino de uma consciência empática não é necessariamente linear, constante ou simples.

3. Os valores e os códigos morais mudam ao longo do tempo.

- 3.1. Pessoas em épocas diferentes e em sociedades diferentes tiveram ao mesmo tempo sistemas de valores e códigos morais distintos para julgar ações individuais.
- 3.2. No entanto, foram cometidos crimes contra a humanidade que ultrapassam os limites éticos, não só do seu próprio tempo, mas de todos os tempos.. Apesar dos potenciais perigos de manifestar juízos éticos sobre ações passadas, é importante que os professores estabeleçam um quadro de interpretações coerente e multifacetado e facilitem em sala de aula o debate sobre as dimensões éticas e morais da história.

Equilibrar as dimensões cognitiva, emotiva e ética no ensino e aprendizagem da história, tal como é sugerido nas linhas orientadoras, pode ajudar a desenvolver as seguintes competências:

- ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- ▶ Valorização da diversidade cultural
- ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito
- ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- ▶ Espírito cívico
- ▶ Responsabilidade
- ▶ Eficácia pessoal
- ▶ Tolerância da ambiguidade
- ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico
- ▶ Empatia
- ▶ Flexibilidade e adaptabilidade
- ▶ Cooperação
- ▶ Resolução de conflitos
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

Visão geral do projeto

Princípio	Ideia-chave	Elementos curriculares	Abordagens pedagógicas	Competências desenvolvidas
1. Desenvolver planos curriculares flexíveis e pedagogias interativas que reconheçam diferenças culturais	A narrativa nacional é sensível à diversidade socio-cultural em vez de ser mono-cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Relevante para as comunidades minoritárias ▶ Flexibilidade de adaptação às exigências de um mundo em transformação 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mostrar consciência das diferentes origens culturais (e outras) dos alunos ▶ Combater o pensamento estereotipado 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Abertura à alteridade cultural e a convicções e mundividências diferentes ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história
2. Ensinar e aprender sobre a história complexa da democracia	Promover uma compreensão da democracia e dos valores democráticos deve guiar tanto o conteúdo quanto o desenvolvimento do currículo	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A história dos movimentos e instituições democráticas em vários contextos ▶ Conceitos alternativos de democracia 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Ensinar sobre, através e para a democracia ▶ Aprendizagem colaborativa e experiencial ▶ Permitir que os alunos se sintam à vontade para analisarem e manifestarem ideias alternativas, e fazerem escolhas baseadas em juízos bem fundamentados e informados 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito ▶ Respeito ▶ Espírito cívico ▶ Responsabilidade ▶ Eficácia pessoal ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Competências de análise e de pensamento crítico ▶ Competências de escuta e observação ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história
3. Refletir sobre o modo como as atividades de indivíduos e grupos de pessoas comuns moldaram a história das sociedades	A história é mais do que a narrativa dos indivíduos poderosos ou do grupo dominante na sociedade	Ilustrar como as liberdades (ex.: abolição da escravatura, direito de voto) foram alcançadas por aqueles a quem foram negadas	Personalizar o passado, destacando, por exemplo, a experiência individual do migrante em vez do fenómeno da migração	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito ▶ Abertura à alteridade cultural e a convicções, mundividências e práticas diferentes ▶ Eficácia pessoal ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Competências de aprendizagem autónoma ▶ Competências de análise e de pensamento crítico ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

Princípio	Ideia-chave	Elementos curriculares	Abordagens pedagógicas	Competências desenvolvidas
4. Reconhecer que pessoas de diferentes origens culturais, religiosas e étnicas estão há muito tempo enraizadas nas sociedades	Uma característica significativa da Europa é a longa interação entre povos cultural e etnicamente diversificados	Exemplificar como a presença de comunidades minoritárias antecede as fronteiras territoriais contemporâneas	Apresentar aos alunos um enquadramento temporal histórico de dimensão adequada	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes ▶ Espírito cívico ▶ Eficácia pessoal ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico ▶ Capacidades de escuta e observação ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues ▶ Cooperação ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história
5. Valorizar as múltiplas identidades do ‘outro’ e as nossas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A filiação cultural é apenas um aspeto da identidade do indivíduo ▶ Os membros de uma comunidade têm identidades diversificadas, não homogéneas 	Abordar o papel do ensino da história na construção da identidade coletiva nacional sem procurar inculcar um sentido nacional nem de supremacia ou de vitimização	Ensinar sobre ‘o outro’ deve evitar a <i>alterização</i> (a posição de que <i>somos</i> um grupo unido e indiferenciado superior a um <i>eles</i> inferior e potencialmente perigoso)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes ▶ Respeito ▶ Espírito cívico ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico ▶ Capacidades de escuta e observação ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história
6. Disponibilizar ferramentas para analisar fontes históricas e lutar contra a propaganda manipuladora	A história desenvolve o pensamento crítico e disponibiliza ferramentas de análise para desmontar mecanismos de manipulação e contrariar narrativas ultranacionalistas, xenófobas ou racistas	Confirmar que o ensino da história inclui ‘saber que’ (registos históricos de atividades e acontecimentos) e ‘saber como’ (competências de análise, interpretação e representação de registos)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Os alunos devem procurar evidência, questionar e aplicar testes para aferir autenticidade e fiabilidade ▶ Explorar os benefícios e prevenir contra os perigos da comunicação digital 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Aprendizagem autónoma ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico ▶ Capacidades de escuta e observação ▶ Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões, história e meios de comunicação social

Princípio	Ideia-chave	Elementos curriculares	Abordagens pedagógicas	Competências desenvolvidas
7. Abordar questões que podem ser sensíveis ou controversas	A necessidade de equilibrar eventuais perigos envolvidos (distorção do passado) e os potenciais benefícios (melhor compreensão do mundo contemporâneo e da natureza do conflito)	A não inclusão de acontecimentos históricos não se determina apenas pelo facto de poderem ser percecionados como uma fonte de humilhação nacional ou potencialmente divisivos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Considerar possíveis ansiedades individuais dos alunos e receios da comunidade ▶ Adotar estratégias pedagógicas adequadas (por exemplo, multiperspetividade, ensino empático) 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes ▶ Respeito ▶ Espírito cívico ▶ Responsabilidade ▶ Eficácia pessoal ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Aprendizagem autónoma ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico ▶ Empatia ▶ Cooperação ▶ Resolução de conflitos ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história
8. Equilibrar as dimensões cognitiva, emotiva e ética no ensino e aprendizagem da história	Compreender as ações humanas do passado implica tanto conhecer os acontecimentos como a exploração dos motivos e das atitudes dos indivíduos	Reconhecer a força do emocional e do racional no ensino da história através do estudo de temas que colocam questões morais fundamentais (por exemplo: perseguição religiosa, genocídio, guerra e paz)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Educar para a diversidade e para a democracia inclui o desenvolvimento de determinadas disposições e valores ▶ Promover o debate sobre sistemas de valores e códigos morais ao longo do tempo 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos ▶ Valorização da diversidade cultural ▶ Valorização da democracia, da justiça, da equidade e do Estado de direito ▶ Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes ▶ Espírito cívico ▶ Responsabilidade ▶ Eficácia pessoal ▶ Tolerância da ambiguidade ▶ Capacidades de análise e de pensamento crítico ▶ Empatia ▶ Flexibilidade e adaptabilidade ▶ Cooperação ▶ Resolução de conflitos ▶ Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo ▶ Conhecimento e compreensão crítica do mundo: direitos humanos, culturas, religiões e história

Princípios e linhas orientadoras disponíveis no seguinte endereço:
<http://www.coe.int/culture-of-cooperation>

www.coe.int

O Conselho da Europa é a principal organização de defesa dos direitos humanos no continente. Integra 47 Estados-membros, 28 dos quais são também membros da União Europeia. Todos os Estados-membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, um tratado que visa proteger os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem controla a implementação da Convenção nos estados-membros.

